

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA**
2 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 03 DE**
3 **JUNHO DE 2016, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO MUSEU DE ARTE**
4 **MURILO MENDES.**

5 Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e trinta
6 minutos, na Sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes,
7 regimentalmente convocado sob a Presidência do Professor Doutor Marcus Vinicius
8 David e com as presenças dos Conselheiros: Girlene Alves da Silva, Henrique Duque de
9 Miranda Chaves Filho, Eduardo Antônio Salomão Condé, Marcos Tanure Sanabio,
10 Maria Carmem Simões Cardoso de Melo, Ana Lívia de Souza Coimbra, Marcos Souza
11 Freitas, Sandro Rodrigues Mazorche, Cláudio Galuppo Diniz, Ricardo de Cristóforo,
12 Ana Paula Ferreira, Eduardo Barrére, Gilmar José dos Santos, José Gustavo Francis
13 Abdala, Jorge Carlos Felz Ferreira, Aline Araújo Passos, Lourival Batista de Oliveira
14 Júnior, Paulo Henrique Dias Menezes, Maurício Gattás Bara Filho, Zuleyce Maria
15 Lessa Pacheco, José Otávio do Amaral Corrêa, Lilian Pinto da Silva, Neiva Ferreira
16 Pinto, Ângelo Atalla, Maria das Graças Afonso Miranda Chaves, Cristina Simões
17 Bezerra, Giselle Moraes Moreira, Andréa Vassalo Fagundes, Arthur Alfredo Nunes
18 Avelar, Larissa Gonçalves Araújo, Igan Figueiredo Mainieri Silveira, Maria dos
19 Remédios P. da Silva, Paulo Dimas de Castro, Márcia Aparecida de Paula e Souza,
20 Janemar Melandre da Silva, José Farias Lima, Ricardo Bonfante, Pedro Victor
21 Monteiro de Carvalho, Denis Alves Perdigão e Ângelo Marcio Leite Denadai, realizou-
22 se mais uma reunião do egrégio Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de
23 Fora. Havendo quorum, deu-se início à reunião. O Senhor Presidente saudou a todos e
24 todas e iniciou a reunião encaminhando para deliberação a aprovação da ata da reunião
25 do dia 24/05/2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Presidente do
26 CONSU iniciou os **Comunicados da Presidência**, ocasião em que informou que a
27 ordem do dia foi divulgada na convocação de acordo com o que determina o art. 16 do
28 Regimento Interno do Conselho Superior. Solicitou, contudo, a inversão da ordem do
29 dia, informando que os itens foram organizados de acordo com a natureza do tema e da
30 necessidade de decisão do Conselho para dar os encaminhamentos devidos. Colocada
31 em votação, a proposta de alteração foi aprovada pelos Conselheiros. Em seguida, o
32 Senhor Presidente solicitou autorização para a participação na reunião dos Diretores das
33 Unidades Acadêmicas do Campus de Governador Valadares, na medida em que ainda
34 não foram nomeados, e do Diretor Geral do referido Campus, com direito a voz e sem
35 direito a voto. Em deliberação, a participação na reunião foi aprovada pelos
36 Conselheiros. Na sequência, o Senhor Presidente informou que recebeu a visita do Sr.
37 Paulo Barone, do Departamento de Física, ocasião em que comunicou que aceitou o
38 convite para assumir a Secretaria de Ensino Superior no MEC, destacando que estará à
39 disposição da Universidade no período em que desempenhará essa função junto ao
40 Ministério. O Senhor Presidente comunicou, ainda, que em recente conversa com o
41 Professor Peterson - Diretor do Campus de Governador Valadares, este informou que
42 foi procurado pelo Deputado Leonardo Quintão, o qual solicitou informações a respeito
43 da obra do Campus Avançado, pois iria levar o tema ao novo Ministro da Educação.

1 Esclareceu, ainda, que o próprio Deputado entrou em contato, mostrando-se interessado
2 em resolver o problema do Campus. Informou que o Sr. Paulo Barone também solicitou
3 informações a respeito da obra de Governador Valadares e autorizou que fosse
4 comunicado ao Conselho Superior que a obra do Campus Avançado assume prioridade
5 no MEC. O Senhor Presidente aduziu, ainda, que o pedido é de que se acelerem os
6 estudos do projeto do Campus, diante da possibilidade de que seja alocado orçamento,
7 ainda no exercício de 2016, para retomada da obra. Em seguida, iniciou-se o primeiro
8 item de pauta, de acordo com a proposta de inversão: **1) Processo N°**
9 **23071.005530/2015-09, Programa de Dimensionamento das Necessidades**
10 **Institucionais de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação da UFJF-**
11 **PRODIM.** O Senhor Presidente esclareceu que tal programa gerará impacto relevante
12 nas forças de trabalho da Universidade, sendo necessário amadurecer o debate para dar
13 início à proposta de Dimensionamento. Nesse sentido, expôs que seria necessária a
14 instituição de uma Comissão para conduzir o processo de discussão da proposta junto à
15 comunidade acadêmica e elaborar parecer para posterior aprovação no Conselho.
16 Informou-se que a proposta de constituição desta Comissão seria a sua ocupação por 3
17 (três) membros da Administração Superior, 3 (três) membros do CONSU e 1 (um) TAE.
18 O Conselheiro Eduardo Barrére solicitou que entre os membros da Administração fosse
19 escolhido alguém do CGCO, devido à necessidade de o processo de dimensionamento
20 requerer um sistema arrojado de informação. O Senhor Presidente acolheu a sugestão e
21 na oportunidade indicou a direção do ICE para participar da Comissão, em especial
22 destinando o assento ao Prof. Eduardo Barrére que já acompanhou os trabalhos e possui
23 o histórico da Comissão. O Conselheiro Gilmar José dos Santos solicitou que a direção
24 da Faculdade de Administração também participe da Comissão. Outra indicação do
25 Senhor Presidente foi o Superintendente do Hospital Universitário. O Conselheiro Paulo
26 Dimas informou que o SINTUFEJUF vai indicar um dos TAEs que apresentou o plano
27 de Dimensionamento para compor a Comissão. Como prazo para a conclusão e
28 apresentação do trabalho da Comissão, o Senhor Presidente propôs que seja de 60
29 (sessenta) dias. Em regime de votação, a composição da Comissão, da forma como
30 apresentada, foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento à reunião, passou-se
31 ao segundo ponto de pauta: **2) Nomeação de Ouvidor(a) da Ouvidoria Especializada**
32 **– Resolução 32/2016.** A Conselheira Gírlene Alves da Silva informou que, após a
33 instituição da Ouvidoria Especializada, faz-se necessária a nomeação de um Ouvidor
34 para que os trabalhos sejam iniciados. Propôs-se o nome da Professora Vânia Maria
35 Freitas Bara para apreciação e referendo do CONSU. Informou-se que a mesma
36 dedicar-se-á 20 (vinte) horas semanais para a Ouvidoria Especializada. O Senhor
37 Presidente colocou em deliberação a indicação, sendo referendado, por unanimidade o
38 nome da Professora Vânia Maria Freitas Bara. Em seguida, informou que a Professora
39 apresenta um perfil extremamente apropriado para esse cargo tão exigente e delicado,
40 agradecendo ao Conselho o referendo. Passou-se ao terceiro ponto de pauta: **3)**
41 **Processo n° 23071.009819/2015-99 – Projeto Pedagógico do Curso de Rádio, TV e**
42 **Internet (Parecer: Conselheiro Marcos Souza Freitas).** O Conselheiro Marcos
43 Freitas iniciou a leitura do seu parecer, manifestando-se, ao final, favorável à criação do

1 Curso de Rádio, TV e Internet. Em discussão, o Conselheiro Jorge Felz informou que o
2 curso que a UFJF oferece hoje é voltado à formação de jornalistas, não sendo este o
3 perfil de muitos dos alunos. Esclareceu, ainda, ser possível observar tal demanda através
4 dos trabalhos de conclusão de curso, no qual muitos alunos se voltam para o cinema,
5 rádio e TV. Informou que a criação do novo curso possibilita que os alunos possam ter
6 uma segunda opção no campo da comunicação, esclarecendo que o mesmo não irá criar
7 vagas novas, mas apenas transferir vagas da Faculdade de Comunicação. A Conselheira
8 Ana Paula Ferreira questionou se haverá demandas de equipamentos, sendo informado
9 pelo Prof. Jorge Felz que o novo curso não exige equipamentos superiores aos que são
10 necessários para o campo do Jornalismo, já que a tecnologia para o Jornalismo,
11 Publicidade e Relações Públicas é a mesma, defendendo não existir nenhum
12 impedimento técnico para a abertura do curso. O Conselheiro Jorge Felz informou que
13 são 30 (trinta) vagas que se pretende transferir para o novo curso, restando 70 (setenta)
14 vagas para o Jornalismo, o qual permanece com 02 (duas) entradas por ano, sendo que o
15 Curso de Rádio, TV e Internet ficaria com 01 (uma) entrada anual. Em regime de
16 votação, aprovou-se, por maioria, a criação do curso de Rádio, TV e Internet, com 01
17 (uma) abstenção. Em sequência, passou-se ao quarto ponto de pauta: **4) Processo nº**
18 **23071.009186/2016-08 – Transferência de vagas do curso de jornalismo para o**
19 **curso de Rádio, TV e Internet (Parecer: Conselheira Neiva Ferreira Pinto).** A
20 parecerista procedeu à leitura do seu parecer, informando ser notória haver uma
21 inclinação dos alunos às disciplinas atinentes ao curso de Rádio, TV e Internet.
22 Manifestou-se, assim, favorável à transferência de vagas com a implantação do curso.
23 Em regime de votação, aprovou-se, por maioria, com 02 (duas) abstenções, a
24 transferência das vagas. Iniciou-se o quinto ponto de pauta: **5)- Processo nº**
25 **23071.004939/2013-38 PROQUALI – RESOLUÇÃO 40/2010 – CONSU E EDITAL**
26 **06/2013 PRORH (Parecer: Conselheira Aline Araújo Passos)** A parecerista
27 informou tratar-se de ex-servidor que recebeu valores referentes ao PROQUALI e
28 desvinculou-se da UFJF, em razão de ter assumido outro cargo público, sem ressarcir as
29 despesas efetuadas pela Instituição com a sua participação no programa. Em seu
30 parecer, informou que a comissão PROQUALI acatou o parecer da Procuradoria quanto
31 à necessidade de restituição dos recursos, em cota única, já que o servidor
32 comprometeu-se a manter-se vinculado à UFJF no mesmo prazo de recebimento da
33 bolsa e assim não o fez. Alegou, ainda, não proceder o argumento do ex-servidor de que
34 por manter-se vinculado à União, já que agora é servidor do TRT da 3ª Região, não
35 haveria necessidade de restituição, considerando que são esferas distintas e com
36 orçamentos próprios. Encaminhou, assim, no sentido de que sejam devolvidas as 08
37 (oito) bolsas, no valor de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais) cada uma, em
38 parcela única. A Conselheira Aline Passos informou, ainda, ser claro o edital do
39 PROQUALI de que o programa pretende promover o desenvolvimento institucional da
40 UFJF junto com o desenvolvimento dos seus servidores, pelo que o servidor deverá
41 continuar prestando serviço à UFJF após o recebimento da bolsa, cumprindo o
42 interstício temporal, ou ressarcir a UFJF dos valores recebidos. Em discussão, a
43 Conselheira Cristina Bezerra questionou se existe justificativa para que o processo tenha

1 demorado cerca de 02 (dois) anos para ir ao CONSU, sendo informada pelo Senhor
2 Presidente não constar nenhuma justificativa plausível, sendo um dos processos
3 pendentes encontrados na Secretaria Geral. O Conselheiro Igan Silveira defendeu que,
4 por uma questão de segurança jurídica, não era favorável à cobrança de tal quantia,
5 considerando que apesar da Universidade ter aparato técnico adequado, ficou silente por
6 02 (dois) anos sem analisar o recurso do servidor. A Conselheira Aline Passos
7 esclareceu que o Poder Público possui 05 (cinco) anos para inscrever o débito em dívida
8 ativa, concordando com o fato de o recurso ter atrasado sem justificativa, mas
9 informando que a Universidade encontra-se dentro dos prazos legais para cobrança.
10 Esclareceu, também, que caso o servidor quisesse guardar os recursos necessários para
11 saldar a obrigação teve 02 (dois) anos para fazer economia própria, considerando que a
12 expectativa real seria de indeferimento do recurso, já que houve unanimidade pelo
13 pagamento por parte da comissão PROQUALI e Procuradoria. Esclareceu, também, da
14 impossibilidade de parcelamento da dívida, por ausência de previsão legal. A
15 Conselheira Giselle Moreira defendeu que não houve má fé do servidor, sendo uma
16 situação justificável. A Conselheira e parecerista Aline Passos informou que não existe
17 uma possibilidade de escolha por parte da instituição, considerando que as verbas
18 públicas possuem destinação específica, devendo ser rigorosamente observadas as
19 disposições do Edital, não sendo cabível análises de boa ou má fé por parte do poder
20 Executivo, de vez que apenas o Poder Judiciário poderia vir a fazer uma relativização da
21 situação no caso concreto. A Conselheira Márcia de Paula manifestou-se não se sentir
22 confortável em votar pelo indeferimento do recurso. Informou que as regras devem ser
23 cumpridas por ambos os contratantes, queixando-se de que a Administração Superior
24 também não atendeu o estipulado nos prazos, o que culminou com a necessidade de que
25 servidores utilizassem recursos próprios para arcar com as mensalidades dos cursos e
26 não ficassem inadimplentes, já que as bolsas atrasavam. Encerradas as discussões, o
27 encaminhamento foi no sentido de indeferimento do recurso, mantendo-se a decisão da
28 comissão PROQUALI de que o servidor tenha obrigação de restituir os valores
29 recebidos, sem possibilidade de parcelamento. Em votação, o parecer foi aprovado por
30 maioria, com um voto contrário e oito abstenções. Passou-se ao sexto ponto de pauta: **6)**
31 **Análise e deliberação acerca do Diagnóstico Orçamentário e de Obras da UFJF**
32 **(PROQUALI/CAPITAL-OBRA).** O Senhor Presidente pediu ao Conselho
33 autorização para entrada da Pró Reitora Adjunta de Infraestrutura, Janezete Marques,
34 diante dos assuntos que passariam a ser tratados e da possibilidade de auxílio técnico da
35 mesma para eventuais dúvidas que poderiam surgir. A autorização foi concedida por
36 unanimidade. O Presidente do CONSU expôs a situação da Universidade em relação a
37 todas as obras pendentes, esclarecendo os valores já empenhados, os a empenhar e as
38 razões de entrave de cada obra não finalizada. Neste contexto, resumiu-se toda a
39 apresentação já realizada no dia 13 de maio em que a comunidade acadêmica foi
40 informada da atual situação de orçamento e obras da UFJF. Expôs, ainda, que existem
41 obras que possuem possibilidade contratual de prosseguimento, dividindo as obras
42 pendentes da UFJF em 02 (dois) blocos. O primeiro bloco composto pelo Jardim
43 Botânico, FAEFID, FACOM, Central de Monitoramento, Planetário /Observatório e

1 Vigilância Eletrônica. No que diz respeito a estas obras, o saldo empenhado é de R\$
2 26.743.338,00 (vinte e seis milhões e setecentos e quarenta e três mil e trezentos e trinta
3 e oito reais), restando R\$ 19.927.377,00 (dezenove milhões, novecentos e vinte e sete
4 mil e trezentos e setenta e sete reais) a empenhar. Já no bloco de obras paralisadas
5 encontram-se o Hospital Universitário, obras de criação do Campus de Governador
6 Valadares, um conjunto de 9 obras, João XXIII, Nova Reitoria, Laboratório do ICB,
7 Microscópio de Varredura, Pilares, Parque Tecnológico e Obras do anel viário. O
8 Conselheiro Ângelo Attala pediu a palavra, oportunidade em que solicitou que o Centro
9 de convenções da Faculdade Medicina fosse referenciado em um dos blocos de obras
10 mencionados. A Pró Reitora Adjunta de Infraestrutura informou que para os reparos
11 solicitados pelo Conselheiro Ângelo, primeiramente, necessita haver uma nova
12 subestação elétrica, a qual possui seu projeto atualmente inviabilizado, pendente de
13 demanda do novo Hospital Universitário. Explicada a situação, o Senhor Presidente
14 continuou apresentando o quadro das obras, ocasião em que informou que os valores
15 das obras que hoje apresentam problemas contratuais ou legais somam um montante de,
16 aproximadamente, R\$ 641.000.000,00 (seiscentos e quarenta e um milhões de reais),
17 dos quais já foram executados R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais),
18 havendo um saldo de empenho de R\$ 131.000.000,00 (cento e trinta e um milhões),
19 necessitando de R\$ 324.000.000,00 (trezentos e vinte e quatro milhões de reais) para
20 conclusão geral das mesmas. Esclareceu, ainda, que do valor faltante, parcela
21 significativa refere-se a 02 (duas) obras, quais sejam, Hospital Universitário e
22 Governador Valadares. Isto porque o Hospital Universitário carece de R\$
23 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) para finalizar a obra, enquanto
24 Governador Valadares necessita de R\$ 118.000.000,00 (cento e dezoito milhões), sendo
25 que as demais necessitam, conjuntamente, de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões).
26 Apresentou, ainda, que superados os problemas jurídicos e técnicos, necessita-se de R\$
27 324.000.000,00 (trezentos e vinte e quatro milhões de reais) de orçamento, a fim de que
28 não se perca o saldo de empenho atual no valor de R\$ 131.000.000,00 (cento e trinta e
29 um milhões). Informou, por fim, que a Advocacia Geral da União possui um caso
30 específico em que se possibilitou utilizar o saldo de empenho de uma empresa para
31 outra, mantendo-se o objeto do contrato, possibilidade que deveria ser estudada para nos
32 valermos dessa flexibilidade. O ex-Reitor Henrique Duque pediu a palavra, ocasião em
33 que informou que quando terminou seu Reitorado deixou todas as obras com alto valor
34 de empenho, com a exceção do Hospital Universitário. Teceu informações a respeito
35 dos impedimentos ocorridos na obra do Parque Tecnológico e fez um apanhado do que
36 o Governo Federal retirou do orçamento da UFJF. O Conselheiro Igan Silveira solicitou
37 uma contagem de tempo de fala, alegando que o ex-Reitor pretendia justificar atos de
38 sua gestão, o que entendia não caber, considerando que havia uma longa pauta a ser
39 debatida. O Senhor Presidente concedeu novamente a palavra ao Conselheiro Henrique
40 Duque, ocasião em que pediu para que o mesmo não estendesse sua fala, apesar de
41 entender que os apontamentos trazidos poderiam subsidiar as decisões. O Conselheiro
42 Henrique Duque continuou sua fala dizendo que só de empenho do Hospital
43 Universitário o Governo Federal retirou R\$ 61.000.000,00 (sessenta e um milhões de

1 reais). Informou, ainda, que por suas contas, foi levado da UFJF para o MEC no ano de
2 2014 um valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) a R\$ 140.000.000,00
3 (cento e quarenta milhões de reais). Acrescentou, ainda, que, quanto ao Campus de
4 Governador Valadares, o Governo propôs a construção de um Campus similar ao de
5 Juiz de Fora, sendo o MEC plenamente ciente de todas as necessidades atinentes ao
6 Campus Avançado. O Senhor Presidente informou que o valor comprometido para
7 implantação do Campus de Governador Valadares pelo Governo Federal foi de R\$
8 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), sendo este o montante que consta no
9 documento encaminhado de Brasília e do qual a direção de Governador Valadares
10 também possui ciência. Informou, também, que o orçamento disponível para capital, em
11 2016, como indicado anteriormente, refere-se a um montante de R\$4.000.000,00 (quatro
12 milhões) para o Campus de Governador Valadares e R\$ 10.800.000,00 (dez milhões e
13 oitocentos mil reais) para o Campus sede. Apontou que quanto às obras do Jardim
14 Botânico e Vigilância Eletrônica, em que pese saldos de empenho, esses contratos
15 necessitam de maiores avaliações, por isso não se está encaminhando a utilização de
16 orçamento deste ano para reforçar empenho destas obras. Trouxe proposta de acréscimo
17 relativo ao contrato FAEFID, FACOM e Central de Monitoriamente, informando que,
18 caso entremos numa fase de normalidade de fluxo financeiro, existe projeção de
19 entregar as obras até janeiro de 2017. Informou, assim, que necessita de R\$
20 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para complementar o empenho para finalização
21 destas 03 (três) obras. O Senhor Presidente esclareceu à Conselheira Cristina Bezerra
22 que esses valores apenas referem-se a obras, não havendo valores de equipamentos
23 embutidos neste valor. O Senhor Presidente informou que a urgência em se acelerar
24 certas obras se dá para reduzir os custos fixos e não gerar mais correção monetária dos
25 contratos. O Pró Reitor Marcos Tanure Sanabio informou que uma das metas é fornecer
26 um caderno de encargos, sendo complementado pela Pró-Reitora Adjunta Janezete
27 Marques que, para fins de economia, estão sendo adotadas mudanças de padrões
28 construtivos, de modo que não seja prejudicada a parte estética, mas priorizando
29 materiais mais funcionais, de modo de que se diminuam os custos. O Conselheiro
30 Lourival Oliveira Junior questionou a respeito dos contratos da vigilância, sendo
31 esclarecido pelo Senhor Presidente que as obras atinentes à segurança são muito
32 complexas, necessitando de maior tempo para analisar a situação do contrato, havendo
33 impossibilidade de, no momento, serem mensurados valores e de se apresentar
34 informações consistentes para subsidiar decisões acerca do tema. O Senhor Presidente
35 informou, ainda, que quanto às obras paralisadas, está sendo realizado um estudo para
36 detalhamento da situação, uma vez que estão sendo realizadas reuniões com empresas e
37 auditoria de contratos. Informou, assim, que a proposta é que, no momento, nenhuma
38 dessas obras paralisadas tenha reforço de empenho com o orçamento de 2016, voltando
39 a discussão ao CONSU quando houver novas informações acerca das situações das
40 referidas obras. Em relação às obras emergenciais, o Senhor Presidente destacou que
41 estas seriam: 1) Laboratórios do ICB: haveria necessidade de priorização desta obra,
42 considerando que a qualidade das aulas ministradas depende desses laboratórios, o que
43 gera problemas gravíssimos. Esclareceu que pelos valores apontados, as intervenções

1 emergenciais gerariam um custo de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil
2 reais). 2) Prédio da moradia estudantil: necessidade de aquisição de equipamentos e
3 pequenos reparos para colocar os 02 (dois) prédios que já se encontram prontos em
4 operação. Custo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para finalização. 3) Aquisição
5 de elevadores: demanda do João XXIII, Faculdade de Matemática, Física, e Química.
6 Custo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). 4) Microscópio de varredura:
7 situação que traz vulnerabilidade junto à FINEP. Caso seja necessária uma intervenção
8 imediata e urgente para instalação, os custos não seriam de grande monta. A ideia seria
9 pedir uma prorrogação junto à FINEP para instalar de maneira mais adequada o
10 microscópio e poder utilizá-lo em toda a sua potencialidade. 5) Questões de órgãos
11 suplementares de cultura: por questões de segurança, os espaços culturais necessitam de
12 reparos. Existe laudo do corpo de bombeiro para adequação dos espaços, sob pena de
13 serem fechados. São questionadas situações afetas à acessibilidade e equipamentos sem
14 funcionamento. Projeta-se um valor de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)
15 para reparos e compras, sendo os custos referentes ao microscópio de varredura
16 embutidos neste valor. 6) Questões emergenciais: haveria uma reserva de contingência
17 de R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais), ou seja, 10% (dez por cento) do
18 orçamento. Tal reserva é necessária para situações de emergência como em casos de
19 equipamentos queimados e problemas de transformador de rede elétrica, que não
20 poderiam esperar recursos em razão do grande transtorno gerado. O Senhor Presidente
21 esclareceu, por fim, que se somando todas as despesas dos encaminhamentos realizados
22 sobriam R\$ 4.036.000,00 (quatro milhões e trinta e seis mil reais), os quais iriam
23 atender as solicitações das Unidades do Campus de Juiz de Fora. Informou, assim, que a
24 PROINFRA e o Fórum de Diretores poderiam analisar as demandas e propor a
25 destinação dos recursos de capital entre as unidades, retornando a questão ao CONSU
26 para validação. Abertos os questionamentos, o Conselheiro Eduardo Barrére perguntou
27 se um dos elevadores seria destinado ao ICE, informando o caso crítico da Biblioteca
28 Setorial, diante da ausência de acessibilidade adequada. No mais, pediu esclarecimentos
29 acerca de qual seria o critério de divisão dos valores entre as unidades. A Conselheira
30 Larissa Araújo questionou acerca do possível valor que deixaria separado para o
31 microscópio de varredura e a possibilidade de recebimento de capital extra pela
32 Universidade, defendendo que as escolhas para destinação dos valores e equipamentos
33 devem ser menos tendenciosas por parte dos Conselheiros. O Conselheiro Eduardo
34 Barrére pediu a palavra e informou que a questão afeta à Biblioteca Setorial do ICE
35 abarca mais de 1/3 (um terço) dos cursos da Universidade Federal de Juiz de Fora. A
36 Conselheira Ana Paula Ferreira expressou sua felicitação no encaminhamento de
37 atender aos Laboratórios do ICB, esclarecendo que o mesmo atende aproximadamente
38 2.800 (dois mil e oitocentos) alunos por semestre. Esclareceu, ainda, que a situação é de
39 extrema gravidade e nunca havia debatido a situação no CONSU em razão das 02 (duas)
40 administrações anteriores sempre prometerem que a questão seria resolvida em
41 licitações próximas, o que nunca foi realizado. O Professor Paulo Menezes parabenizou
42 a gestão pela clareza nos dados apresentados e direcionamento nos encaminhamentos.
43 Defendeu que as ações devem priorizar as atividades fins da Universidade de ensino,

1 pesquisa e extensão. Ao final, questionou sobre a possibilidade de doação de
2 equipamentos que trazem ônus para UFJF em razão de aluguéis de galpões, como a
3 questão do Trenó de Montanha e os Pilares. O Prof. José Otávio questionou se a
4 Faculdade de Farmácia seria contemplada com os elevadores, informando ser uma
5 demanda antiga o acesso dos alunos ao gabinete dos professores. Expôs aos
6 Conselheiros, ainda, que a Farmácia passa por sérios problemas com salas de aula,
7 sendo um prédio muito antigo, no qual, por falta de espaço, é comum encontrar alunos
8 sentados nos corredores para assistir aula. A Conselheira Giselle Moreira parabenizou a
9 Administração Superior pelos trabalhos e transparência, expondo ser favorável aos
10 encaminhamentos. No mais, questionou a previsão de conclusão da obra da moradia
11 estudantil. A Professora Cristina Bezerra parabenizou, igualmente, a Administração
12 Superior, informando que tal encaminhamento é aguardado há tempo, sendo apenas
13 agora viabilizado este ambiente de debate para definição da priorização de condução de
14 obras, sendo um momento histórico para toda a Universidade. Informou ser favorável à
15 priorização das obras que se encontram em fase de conclusão, a fim de que possa ser
16 dada a sua função social. A Conselheira Márcia Souza, esclarecendo o questionamento
17 do Professor Paulo Menezes, informou não ser possível a doação de equipamentos. No
18 mais, sugeriu que fosse pensada a possibilidade de uma parceria público-privada para
19 poder realizar a obra do Trenó de Montanha, esclarecendo não possuir informações
20 acerca da viabilidade técnica para tanto. A Conselheira Maria dos Remédios
21 parabenizou a Administração pela transparência e oportunidade de discussão, suscitando
22 dúvidas a respeito do microscópio de varredura. A Professora Ana Paula Ferreira
23 informou que existem 02 (dois) microscópios, sendo um de varredura e outro de
24 transmissão, na ordem de U\$ 300.000,00 (trezentos mil dólares) cada um. Informou,
25 ainda, que existem docentes de diversas unidades envolvidos nos projetos em que se
26 conseguiram os microscópios. Lembrou, também, sobre as particularidades para
27 instalação dos microscópios, os quais se encontram guardados na Camilo dos Santos, já
28 tendo perdido, inclusive, a sua garantia. O Senhor Presidente colocou em deliberação a
29 prorrogação da reunião por mais uma hora, diante do término do período regular, o que
30 foi aprovado por unanimidade. Iniciadas as respostas aos questionamentos, o Pró-
31 Reitor Marcos Tanure Sanabio informou que existe contrato para instalação dos 03
32 (três) elevadores apresentados, por isso a prioridade indicada. Informou, também, que
33 há necessidade de padronização dos elevadores para a efetivação de novas compras. O
34 Senhor Presidente informou que a questão da acessibilidade é um tema que precisa ser
35 desenvolvido e definido para chegar ao ponto do investimento real, lembrando aos
36 Conselheiros que estamos em um ano especial de instabilidade política e econômica.
37 Esclarecendo os questionamentos da Conselheira Larissa Araújo, o Senhor Presidente
38 informou que a instalação do microscópio de varredura, se questionada sua implantação
39 imediata pela FINEP, poderá ser realizada de forma simples, fazendo adaptações apenas
40 para adequar um local para seu funcionamento, mesmo que não se viabilize toda a sua
41 potencialidade. Complementando, informou que caso seja liberado o orçamento total
42 para capital, caberá ao Compus de Juiz de Fora, aproximadamente, R\$ 30.000.000,00
43 (trinta milhões de reais). Quanto ao questionamento do Conselheiro Paulo Menezes, o

1 Senhor Presidente informou que pontos como a obra do Trenó de Montanha deverão ser
2 discutidos em pautas específicas. Esclarecendo a Professora Giselle Moreira, o Pró
3 Reitor Marcos Freitas informou que os consertos pendentes do prédio da moradia
4 estudantil referem-se ao conjunto de telhados, lavanderias, detalhes de pintura e
5 material a ser comprado. Informou, ainda, que o processo mais demorado para solução
6 dos problemas da moradia é a licitação para compra do material. Por fim, afirmou que a
7 expectativa de finalização da moradia estudantil é o final deste ano. O Conselheiro
8 Lourival Batista questionou a respeito da conclusão da obra do Planetário, sendo
9 informado pelo Senhor Presidente que existem pendências que precisam ser definidas,
10 havendo possibilidade de operar o Observatório, inicialmente, sem o Planetário. O
11 Senhor Presidente ratificou os encaminhamentos apontados, os quais seriam a
12 destinação de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para o Campus de Governador
13 Valadares; R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) de reforço de empenho para as obras
14 da FACOM, FAEFID e Central de Monitoramento; priorização das obras emergenciais
15 do ICB, Moradia Estudantil, Elevadores e recursos com órgãos suplementares
16 (equipamentos culturais), além do microscópio de varredura nos valores já informados.
17 No mais, encaminhou-se a reserva de contingência de 10% (dez por cento) do
18 orçamento e destinação do montante restante de R\$ 4.036.000,00 (quatro milhões e
19 trinta e seis mil reais) para obras nas Unidades. Em deliberação, o referido
20 encaminhamento foi aprovado pelos Conselheiros por unanimidade. A Conselheira
21 Giselle Moraes questionou se não seria discutido o PROQUALI na reunião, de vez que
22 constou na pauta juntamente com o item das obras. O Senhor Presidente informou que a
23 discussão não foi apresentada em razão da inexistência de dados consistentes para
24 debater com segurança a questão. Acrescentou que existe uma comissão debatendo o
25 PROQUALI, estando sensibilizado com a situação de servidores e técnicos que
26 iniciaram a especialização com a garantia dos recursos do PROQUALI e não tiveram o
27 respaldo financeiro esperado. Esclareceu que o edital do ano de 2015 atendeu apenas os
28 06 (seis) meses iniciais daquele ano. Mostrou-se ciente da situação de servidores que não
29 possuem condições de custear o valor da mensalidade e, em outro norte, não podem
30 deixar o programa, sob pena de ter que devolverem as bolsas já recebidas para a UFJF.
31 Aduziu, por fim, que existe parecer da Procuradoria no sentido de que não pode ser
32 lançado edital para pagamento de exercícios anteriores. Para o ano de 2016, encaminhou
33 para que seja votado que as situações dramáticas sejam priorizadas. A Conselheira
34 Andréa Fagundes informou que professores do João XXIII enquadram-se nesta
35 situação, necessitando de realizar empréstimos para quitar as mensalidades, havendo
36 uma premente necessidade de que a Universidade resolva essa questão. A Conselheira
37 Giselle Moreira acrescentou que, na época, foi amplamente divulgado que haveria
38 convênio da UFJF com a UCP- Universidade Católica de Petrópolis, o que não ocorreu.
39 Informou, ainda, que tem conhecimento de inúmeros professores endividados, os quais
40 não têm afastamento para a sua capacitação. A Professora Andréa Fagundes pediu
41 novamente a palavra, ocasião em que esclareceu aos Conselheiros que antes da
42 assinatura do contrato, os professores encontravam-se cientes de que não seria possível
43 o convênio com a UCP, sendo informados das condições de recebimento da bolsa. A

1 Conselheira Giselle Moreira contra-argumentou asseverando que os professores
2 entendiam que haveria convênio com a UCP e que, inclusive, este relato foi apresentado
3 em reunião da qual participou. A Conselheira Márcia Aparecida defendeu que o
4 PROQUALI é questão polêmica e de grande delicadeza e importância, pedindo da sua
5 retirada de pauta. Informou que existe uma equipe trabalhando numa nova Resolução do
6 PROQUALI, na qual estão sendo discutidas alternativas para o pagamento retroativo. O
7 Senhor Presidente deliberou acerca da retirada do tema de pauta, comprometendo-se a
8 trazer valores e informações detalhadas para discussão em reunião extraordinária, o que
9 foi aprovado por unanimidade. Adentrou-se ao sétimo ponto de pauta: **7) Nomeação**
10 **dos Diretores de Unidades do Campus de Governador Valadares.** O Senhor
11 Presidente relatou que em reunião do CONSU do mês de novembro de 2015, aprovou-
12 se o Regimento do Campus de Governador Valadares com a criação de duas Unidades
13 Acadêmicas, quais sejam, Instituto de Ciências da Vida e Instituto de Ciências Sociais
14 Aplicadas. Relatou, ainda, que discussões ocorreram diante da impossibilidade de
15 remunerar os diretores dessas unidades. O Senhor Presidente informou, no mais, que
16 após sua eleição, pautou em Brasília o levantamento da quantidade de cargos
17 comissionados/funções gratificadas que haviam sido destinados para o Campus de
18 Governador Valadares, vindo a ser concluído que a UFJF já havia alocado no Campus
19 Avançado mais funções do que recebera. Dessa forma, esclareceu que as possibilidades
20 seriam criar novas funções ou utilizar funções de Juiz de Fora. No entanto, em reunião
21 junto ao MEC ficou clara a atual impossibilidade de criação de novas funções, diante da
22 atual crise econômica. Neste diapasão, pontuou que diante da gravíssima situação do
23 Campus de Governador Valadares, traz como encaminhamento que as duas funções
24 gratificadas de CD 3, que ainda não foram ocupadas nas Pró Reitorias Adjuntas, fossem
25 destinadas ao Campus de Governador Valadares para remuneração dos Diretores de
26 unidades acadêmicas recentemente eleitas pela comunidade, apesar do prejuízo à
27 administração superior que tal destinação acarretaria. Em regime de discussão, o
28 professor Ângelo Denadai agradeceu o encaminhamento do Senhor Presidente,
29 reforçando a fala do mesmo, no sentido das dificuldades enfrentadas, especialmente em
30 questões administrativas. O Conselheiro Henrique Duque parabenizou a Administração
31 Superior pela iniciativa e informou que em sua gestão ocorreu situação semelhante no
32 IAD. O Prof. Lourival Batista Junior reforçou a existência de dívida histórica para com
33 o Campus de Governador Valadares, sendo tais cargos fundamentais para o
34 funcionamento do campus. A Prof^ª. Cristina Bezerra manifestou seu estranhamento em
35 não ter havido qualquer encaminhamento neste sentido pela Administração anterior,
36 reconhecendo que o esforço e a iniciativa são acertados. O Conselheiro Eduardo Barrére
37 parabenizou, igualmente, a Administração pela saída encontrada para remunerar os
38 Diretores, defendendo que sejam travadas criações desenfreadas de departamentos
39 acadêmicos. O Conselheiro Eduardo Condé apontou que houve grande esforço por parte
40 da Administração para disponibilidade dos cargos. Alertou, ainda, da impossibilidade de
41 criação de cargos sem a devida correspondência imediata, já que são assumidas
42 despesas sem lastro. Por fim, informou que a UFJF possui problemas em seu
43 organograma, o qual precisa ser reformulado, sendo que oportunamente a discussão será

1 levada ao CONSU. Em deliberação, aprovou-se, por unanimidade, a destinação de duas
2 funções gratificadas de CD 3 para o Campus de Governador Valadares. Encerrada a
3 ordem do dia, iniciaram-se as **Comunicações ao Plenário**, oportunidade em que a
4 Professora Lilian da Silva convidou os diretores de Unidade para próxima reunião do
5 fórum de diretores que ocorrerá na faculdade de fisioterapia. Não havendo mais
6 manifestações e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença
7 de todos e encerrou a reunião, secretariada por mim, Rodrigo de Souza Filho, que para
8 constar lavrei a presente ata que dato e assino.

9 Juiz de Fora, 03 de junho de 2016.

10
11
12 **Rodrigo de Souza Filho**
13 **Secretário Geral**

14
15
16 **Prof. Dr. Marcus Vinicius David**
17 **Presidente do CONSU**

18
19 ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA ____/____/____

20

1.	2.
3.	4.
5.	6.
7.	8.
9.	10.
11.	12.
13.	14.
15.	16.
17.	18.
19.	20.
21.	22.

23	24.
25.	26.
27.	28.
29.	30.
31.	32.
33.	34.
35.	36.
37.	38.
39.	40.
41.	42.
43.	44.
45.	46.
47.	48.
49.	50.
51.	52
53.	54.